

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE

AÇÃO DE COBRANÇA – DPVAT

JUSTIÇA GRATUITA

FRANCISCO ALVES DE MOURA, brasileiro(a), casado, aposentado, residente e domiciliado na Rua Manoel Galdino, nº 4135, Bairro Granja Lisboa, Fortaleza/CE, *sem endereço eletrônico*, aqui denominada **PROMOVENTE** por sua procuradora infra-assinada (mandato anexo), vem à presença de Vossa Excelência propor **AÇÃO DE COBRANÇA** em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica, direito privado, inscrita regularmente no CNPJ: 09.248.608/0001-04, estabelecida comercialmente a AV. SENADOR DANTAS Nº 5ºANDAR – CENTRO, RIO DE JANEIRO – CEP: 20.031-205, aqui denominada **PROMOVIDA**, pelas razões de fato e direito adiante aduzidas:

01 - PRELIMINARMENTE

01.1 - DAS NOTIFICAÇÕES

Solicita-se que as intimações referentes ao andamento processual sejam feitas necessariamente na pessoa da advogada do promovente, **Dra. MÔNICA ALMEIDA DA SILVA**, advogada inscrita na OAB/CE nº 25.813, com endereço eletrônico monicaalmeida.adv@gmail.com

“Havendo designação prévia e expressa do advogado que receberá as intimações, o nome deste deverá constar das publicações, sob pena de nulidade” (STJ-PJ 779/18)

01.2 -DA INEXISTÊNCIA DE E-MAIL

O Autor, desde já, informa que **não possui endereço eletrônico** por ser pessoa carente de recursos financeiros e de pleno acesso aos meios de comunicação virtuais – e-mail – razão pela qual deixa de indicá-lo na presente Inicial. Requer, outrossim, que a ausência de indicação de endereço eletrônico não seja interpretada em seu desfavor sob pena de restar caracterizado óbice ao acesso à Justiça e violado o princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição.

01.3 -DA DISPENSA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO

O Requerente dispensa, com fulcro no art. 319, inciso VII, do CPC, a realização da audiência de conciliação ou de mediação.

01.4 - DA JUSTIÇA GRATUITA

O suplicante não tem como arcar com as custas deste processo sem o comprometimento do seu sustento e de sua família. Vem então requerer que lhe seja concedido de benefício da assistência judiciária gratuita, como lhe faculta a Lei nº 1060/50.

Conforme a PROCURAÇÃO, consta poderes específicos:

*“Apresente procuração outorgada ao Advogado(a) acima descrito, os poderes para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, renunciar o direito em que se funda a ação, firmar compromissos, acordos, ratificar em Juízo, receber, dar quitação, receber alvará judicial, **pedir justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica** requerer falência ou concordata, podendo, ainda, o outorgado, substabelecer, com ou sem reserva de iguais poderes.”*

02 - DOS FATOS

O(a) Postulante foi vítima de acidente de trânsito, conforme registro de ocorrência da Delegacia de Polícia, em anexo. Em consequência do evento, sofri gravíssimas lesões que culminaram em debilidade permanente de acordo com laudo médico em anexo.

Hoje, apresenta como sequelas limitação que o impedem na realização de suas atividades laborais e em quaisquer atividades que exijam esforço do membro sequelado.

Os ferimentos sofridos no acidente foram de natureza gravíssima, de modo a deixar o Autor acometido de debilidade permanente, a qual foi constatada após ser submetido a exame, conforme confere nos documento, em anexo, o que o tornou merecedor de parte da indenização que ora pleiteia.

03 - DO DIREITO

03.2 - DA QUITAÇÃO APENAS PARCIAL E DO DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO

O direito à complementação, atualizada monetariamente e com incidência juros é direito do Autor. Eis a jurisprudência aplicável:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS – INDENIZAÇÃO POR MORTE – FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS – LEI 6.194/74 ART. 3º – RECIBO DE QUITAÇÃO – RECEBIMENTO DE VALOR INFERIOR AO LEGALMENTE ESTIPULADO – DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO. I – Pacífica a jurisprudência desta corte no sentido de que o art. 3º, da lei 6.194/74 não fora revogado pelas leis 6.205/75 e 6.243/77, porquanto, ao adotar o salário mínimo como padrão para fixar indenização devida, não o tem como fator de correção monetária, que estas Leis buscam afastar. II – Igualmente consolidado entendimento de que o recibo de quitação passado de forma geral, mas relativo à obtenção de parte do direito legalmente assegurado, não traduz renúncia a este direito e, muito menos a extinção da obrigação. Precedente do STJ(...) (Resp

Este documento foi digitalizado por MONICA ALMEIDA em 15/09/2018 às 15:56, sob o número 0163454-87.2018.8.06.0001 e código 3CE04D7. Para conferir o original, acesse o site <http://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0163454-87.2018.8.06.0001 e código 3CE04D7.

129182/SP, Rel. Min. WALDEMAR ZVEITER, Terceira Turma, maioria. DJ30/03/98.

SEGURO OBRIGATÓRIO – Finalidade social da Lei que o institui – quitação cujos efeitos abrangem somente os valores recebidos, sendo lícito ao autor cobrar a diferença a que faz jus ainda que no recibo se tenha feito alusão a quitação geral e plena (1º TACivSP, Apelação nº 405.944-5, 6ª Câmara, Rel. JUIZ CARLOS ROBERTO GONÇALVES.) SEGURO OBRIGATÓRIO Responsabilidade Civil – Recibo de quitação de sinistro – Recebimento de valor inferior ao legalmente devido – direito a complementação – Utilização, porém do salário mínimo da época da liquidação do sinistro para cálculo da diferença com correção monetária desde dia do pagamento – Recurso Provido para esse fim. (1º TACivSP, Apelação nº 0939238-7/00, Acórdão nº 41519, 12ª Câmara, julgamento 21/08/2001. “ACÓRDÃO – SEGURO OBRIGATÓRIO POR ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO – Valor fixado e imposto por lei e não pode ser objeto de transação entre as partes – Norma visa proteger o segurado que parte mais fraca no contrato – Quitação dado por valor menor que o da indenização não tem validade por força de tal princípio – Correta a determinação contida na sentença para que a seguradora pague o restante da indenização, apesar de ter obtido a quitação- Apelação desprovida”. (Apelação nº 719.238 da comarca de São Paulo, sendo apelante Kyoei do Brasil Cia de Seguros, apelados João Paulo Duarte de Souza e outro).

No seguro obrigatório a responsabilidade do pagamento das indenizações aos beneficiários dos sinistrados em acidentes de trânsito é indiscutível das Seguradoras e a indenização é tarifada, insuscetível de transação.

DPVAT: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre foi criado pelo Decreto Lei nº 73/66, que no art. 20, alínea “b”, determina:

Art. 20 – “Sem prejuízo do disposto em Leis especiais, são obrigatórios seguros de:

a) – (...)

b) – “responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores de via terrestre, fluvial, lacustre e marítima, de aeronaves e de transportadores de passageiros em geral: O valor da indenização a ser pago decorrente do Seguro Obrigatório é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme determina a lei:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º deste artigo compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada Lei nº 11.945/09)

I - ...

II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482/07)

O Seguro obrigatório é genérico, abrangente, não podendo ser graduado seu pagamento diante de qualquer membro do corpo foi incapacitado, ou qual lesão sofreu a vítima, sendo essa possibilidade de graduação somente possível, quando se trata de seguro individual, onde se acorda entre as partes o valor da indenização sobre o que livremente se quiser segurar, não sendo esta a situação.

A vasta Jurisprudência reafirma o entendimento do pagamento do valor total do seguro, no caso de invalidez permanente. Como exemplo, citamos decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, de 23.06.2010:

PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. DEBILIDADE PERMANENTE DE MEMBROS, APTA A PROVOCAR INVALIDEZ. A teor do que dispõe o art. 3º, inciso II, da Lei n. 6197/74, modificado pela Lei 11482/07, no caso de invalidez permanente, a indenização devida será de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), não tendo a lei estabelecido qualquer distinção segundo o grau de incapacidade que acomete o segurado, exigindo, tão somente, a comprovação de que esta seja permanente. O fato de o segurado poder continuar exercendo outras atividades, ou a mesma, com restrições, não afasta a necessidade de receber o valor previsto na lei que regula o DPVAT. As resoluções do CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados, que preveem valor máximo para pagamento de indenização, não podendo prevalecer sobre as disposições da Lei 6174/74, que é norma de hierarquia superior àquelas. Comprovada a invalidez, é devida a indenização do seguro obrigatório, nos termos da Lei 6174/74, revelando-se ilegal a fixação de percentual segundo o grau de invalidez por norma de caráter infralegal. Recurso conhecido e provido por maioria. (20080111444507APC, Relator ANA MARIA DUARTE CHAGAS AMARANTE BRITO, 6ª TURMA CÍVEL TJDF, JULGADO EM 23/06/2010 DJ 08/07/2010 P. 176).

IV– JUROS MORATORIOS CABIVEL A PARTIR DA CITAÇÃO

Nas sacões judiciais, o Código Civil é taxativo ao estabelecer **“Contam-se os juros de mora desde a citação inicial”** (art.405). Este tema foi pacificado através da **Súmula n.º 426 do STJ**:

“Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação”.

Portanto, os juros são devidos a partir da citação, conforme determina

a Lei.

05 - DO PEDIDO

Diante do exposto requer:

1. A concessão da Justiça Gratuita ao promovente, por ser pobre na forma da lei;
2. A citação das PROMOVIDAS via postal, mediante aviso de recebimento – AR, para comporem a lide, e querendo apresentar contestação a presente, sob pena de **REVELIA E CONFISSÃO FICTA**;
3. Requer, ainda, **a inversão do ônus da prova**, por se tratar de uma relação de consumo, sendo verossímeis as alegações e hipossuficiente o consumidor (Lei 8.078/90, art 6º, VIII);

4. CASO OS DOCUMENTOS APRESENTADOS PELA PARTE AUTORA NÃO SEJAM CONCLUSIVOS A RESPEITO DA INVALIDEZ E SEU GRAU. REQUER QUE O SINISTRADO SEJA SUBMETIDO A UMA PERÍCIA MÉDICA IMPARCIAL PARA AFERIÇÃO DA INVALIDEZ SEU GRAU, e manifestando desde logo, o NÃO interesse pela audiência de conciliação;

5. **Julgar inteiramente PROCEDENTE a presente demanda**, de modo que a seguradora requerida sejam condenada ao pagamento da diferença do valor do seguro obrigatório;

6. Que ao presente feito seja dado o rito previsto no Art.275,II,“e”, do Código de Processo Civil (**PROCEDIMENTOSUMÁRIO**), sendo desde logo requerida a prova pericial com a juntada dos quesitos em indicação do assistente do perito abaixo;

7. **Julgar inteiramente PROCEDENTE a presente demanda**, com a correta adequação de sua deficiência aos percentuais de perda e valores da combatida tabela, com as devidas atualizações monetárias, desde a data do sinistro, e juros moratórios a partir da citação da promovida, **em virtude da INVALIDEZ PERMANENTE já reconhecida pela seguradora**;

8. Ao final, requer a condenação da seguradora nas custas processuais, bem como, honorários advocatícios no montante de 20% (vinte por cento) do valor da condenação, em caso de recurso;

PROTESTA provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em direito, especialmente depoimentos pessoais e **perícia**, tudo desde logo requerido, caso não atendida a suplica de julgamento antecipado;

Dá-se à causa o valor de **R\$ 13.500,00.**

Nesses termos,

Pede e espera deferimento.

Fortaleza, 09 de agosto de 2018.

MÔNICA ALMEIDA DA SILVA

OAB/CE 25.813



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD V)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Processo nº: **0163454-87.2018.8.06.0001**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Francisco Alves de Moura**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Vistos, etc.

Diz o art. 320, CPC: "A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação".

Assim, intime-se a parte autora para promover emenda à inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 321, CPC, tendo em vista ter sido protocolada a inicial sem qualquer documentação atinente ao feito.

Intime-se.

Exp. Nec.

Fortaleza/CE, 19 de setembro de 2018.

Marcia Oliveira Fernandes Menescal de Lima

Juíza de Direito

Assinado por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DO 18. DISTRITO POLICIAL



fls. 8

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 118 - 913 / 2018

Dados da Ocorrência

Natureza do Fato: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**
Data / Hora da Comunicação: **20/03/2018 08:21:16**
Data / Hora da Ocorrência: **10/10/2017 06:40:00**
Endereço da Ocorrência: **RUA TAUBATÉ**
Complemento: **QUASE ESQ. N.º**
Bairro: **CJ. MARECHAL RONDON** / Município: **CAUCAIA/CE**
JUREMA
Ponto de Referência:

DOCUMENTO ORIGINAL

Dados da(s) Vítima(s)

Nome: **FRANCISCO ALVES DE MOURA**
Nascimento: **15/12/1935** CPF: **204.077.693-15**
RG: **92002147094** Orgão Emissor: **SSPDC**
Filiação: **MARIA ALVES DE MOURA**
ANTONIO JUSTINO DE MOURA
Endereço: **RUA MANOEL GALDINO, 4135**
Bairro: **GRANJA LISBOA**
Município: **FORTALEZA/CE**
País: **BRASIL**

LIBIA CORRETORES DE SEG. LTDA.
26 MAR. 2018

UF: **CE**

CEP:

Telefone:

Noticiante(s)

Nome: **ROSA MARIA RODRIGUES MOURA**
Nascimento: **21/05/1974** CPF: **485.849.753-49**
RG: **91002144046** Orgão Emissor: **SSP**
Filiação: **MARIA DE JESUS RODRIGUES DE MOURA**
FRANCISCO ALVES DE MOURA
Endereço: **RUA MANUEL GALDINO, 4135**
Bairro: **GRANJA LISBOA**
Município: **FORTALEZA/CE**
País: **BRASIL**

UF: **CE**

CEP:

Telefone: **(85) 98930-0405**

Histórico

Informa a noticiante que no dia, hora e local acima citados seu pai, FRANCISCO ALVES DE MOURA, foi atropelado por um motoqueiro não identificado, o qual permaneceu no local até a chegada de socorro; QUE a noticiante chegou ao local e socorreu seu pai, em carro próprio, até o Hospital Frozinha da Parangaba, em Fortaleza/CE, onde recebeu os primeiros atendimentos médicos; QUE deseja ressaltar que diante de seu pai lesionado, a noticiante não lembrou de colher os dados do causador do acidente, nem de sua motocicleta. Nada mais disse.////////

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA DO 18. DISTRITO POLICIAL

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO:

JULIO DAPHINE SOUSA DO NASCIMENTO • MAT.: 198853-1-3

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:

Rosa Maria Rodrigues Moura

VISTO DO DELEGADO(A):

DELEGACIA DO 18. DISTRITO POLICIAL

Pág. 1 de 2

Impressão em: 20/03/2018 08:32:01



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DO 18. DISTRITO POLICIAL



fls. 9

BOLETIM DE Ocorrência Nº 118 - 913 / 2018
LUCAS SILVA MACHADO - MAT.: 300547-1-7

ASS: _____
26 MAR. 2018
LIBIA CORRETORES DE SEG. LIDA.



Prefeitura de Fortaleza

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DISTRITAL MARIA JOSE BARROSO DE OLIVEIRA PARANGABA

SUS

REGISTRO DE ATENDIMENTO EMERGENCIAL

NOME DO ACIDENTADO		DADOS PESSOAIS		Rº DO PROFISSIONÁRIO		Nº DO BE	
FRANCISCO ALVES DE MOURA				310813		177486	
CPF		NASCIMENTO		SEXO		RAÇA/COR	
700202979811125		15/12/1935(81 ANOS)		M		PARDO	
NOME DA		NOME RESPONSÁVEL					
MARIA ALVES DE MOURA		NI				UF	
ENDEREÇO		MUNICÍPIO				CE	
RUA SÃO FIDÉLIS 6 PARQUE PRESIDENTE VARGAS		FORTALEZA					
CEP		CNP				60.765-686	
989.30.07.05 Rosa							
OCORRÊNCIA							
LOCAL DA OCORRÊNCIA/TRANSPORTE/ACIDENTE							
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO							
MOTIVO							
TRAUMA EM PERNA DIREITA, REFERINDO DOR							
SINAL DE DOR							
99 (ADULTO)							
SINAIS VITAIS							
PULSO		SANGUE		PULSO		GLUCOSE	
NI		NI/NI		NI		NI	
NI		NEG					
RESPONSÁVEL PELA CLASSIFICAÇÃO							
DANIELA DE SOUZA FEITOZA							
ÁREA ATRIBUÍDA							
TOMOMATOLOGIA							
DATA E HORA DA CLASSIFICAÇÃO							
10/10/2017 07:50:52							

UNIAO CORRETORA DE SEG. LTDA
26 MAR. 2018
ASS: _____

SUPLENTE	COD PROCEDIMENTO	20
TESTES SOLICITADOS <input type="checkbox"/> HC <input type="checkbox"/> SU <input type="checkbox"/> US ABDOMINAL <input type="checkbox"/> TC CRANIO <input type="checkbox"/> RAIO-X <input type="checkbox"/> OUTROS		
MEDICAMENTO	PRESCRIÇÃO MÉDICA	OBSERVAÇÕES
	<i>F. L.</i>	<i>PJ 07-9020</i>
ATIVIDADE	TIPO DE ALTA/MORSA	
DECISÃO MÉDICA (<input type="checkbox"/> DECISOE) TRANSFERÊNCIA (<input type="checkbox"/> INTERNAÇÃO ÓBITO: (<input type="checkbox"/> ATÉ 48 HORAS (<input type="checkbox"/> APÓS 48 HORAS		
DESTINO DO CORPO: (<input type="checkbox"/> FAMILIAR (<input type="checkbox"/> ANAT. PATOL		
DATA E HORA DO RECEBIMENTO	CAPÍTULO ASSINATURADO MEDICOZEPESUM.BYA	

Imprimado por DANIELA DE SOUZA FEITOZA em 10/10/2017 às 07:50:55

Impresso por DANIELA DE SOUZA FEITOZA em 10/10/2017 às 07:50:55
Declaro serem verdadeiras as informações aqui prestadas, sobre as quais assumo todas as responsabilidades, sob pena de incorrer nas sanções previstas no art. 299 do Código Penal.

francisco alves de moura

HOSPITAL DEPARTAMENTO DE RADIOLOGIA DE OLIVEIRA
MOSQUEDA OLIVEIRA CO-RE COM ORGANO

Manuel Montoro

[illegible]

700202979811125

189 fls. 11



SUS

Sistema Único de Saúde

CCI - Central de Controle de Internação

PROFESSOR HOSPITAL DE PORTALAZA - CENTRO HOSPITAL DE PORTALAZA

AV. Outor de Paula nº 1117 - Parangaba - CEP 64.230-400

Fortaleza - Ceará
Telefone: (85) 3131-7121

CENTRO DE SUPERVISÃO E REGULAÇÃO DE INTERNAÇÃO DE PORTALAZA - CERRP

LAUDO MÉDICO PARA EMISSÃO DE AIH (L)

N.º LAUDO:

N.º da AIH:

2317103397103

UNIDADE HOSPITALAR
HOSPITAL DISTRITAL MARIA JOSÉ BARROSO DE OLIVEIRACOC / CNPJ
07.835.044 / 0002-8

NOME DO PACIENTE

DADOS DO PACIENTE

ENDEREÇO DO PACIENTE

RUA: SÃO FIDELIS N.º 06

BARRIO

PARQUE PRESIDENTE VARGAS

MUNICÍPIO

FORTALEZA

UF

CEP

DATA DO NASCIMENTO

15/12/1935

SEXO

1. ☒ MASC3. ☐ FEM

CONDIÇÃO

2. ☐ SEGURADO 4. ☐ CONJUGE 6. ☐ FILHO 8. ☐ OUTRO DEP

NOME DA MÃE

MARIA ALVES DE MOVRA

CPF MÉDICO SOLICITANTE

11438066775

DADOS DA INTERNAÇÃO

CPF E ASSINAT. DO MÉDICO RESPONSÁVEL

CPF E ASSINAT. DO DIRETOR CLÍNICO

C. INT. 1813 PROCEDIMENTO SOLICITADO

DATA DA EMISSÃO

10/10/17

Paulo Elyel Frota Ponte
Ortopedia e Traumatologia
CREMEC: 9314SBOT: 11262Dr. João Francisco B. L. F. Morano
Diretor Médico HDM JBO
CRM 3654

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

T12 torção

na

Re frnt a torção

ASS: 26 MAR. 2018
LÍBIA CORRETORA DE SEG. LTDA

C. COES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS

Re x ex L

DIAGNÓSTICO INICIAL

fx a torção

TIPO DE CLÍNICA

1. ☐ CIRÚRGICA
3. ☐ CLÍNICA MÉDICA
5. ☐ PSIQUIÁTRICA
9. ☐ OUTROS2. ☐ OBSTÉTRICA
4. ☐ TISIOPEUMOL
6. ☐ PEDIÁTRICA

PROCEDIMENTO SOLICITADO

fx a

CRM - MÉDICO SOLICITANTE

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO SOLICITANTE

Paulo Elyel Frota Ponte
Ortopedia e Traumatologia
CREMEC: 9314SBOT: 11262

DATA

HORA

Emanuelle Monteiro

Mat 362

INSTITUTO Dr. JOSÉ PAIVA
"24 horas de proteção à vida"

HDMJBO - Hospital Distrital Maria José Barroso de Oliveira



Prefeitura de
Fortaleza

RECEITA

Prescrição

*Atestado para o serviço
Fim: Os Francisco Alves
de Moura se encontra de
alta ortopédica e
um ferimento no tornozelo
distal, apresentando limitação
de movimento do flexo-
extensor.*

Dr. Hildebrando Melo Neto
CRM: 3199 TEOT - 11.956

DATA: 15 / FEVEREIRO / 2018

CRM-MÉDICO(A)

ASS.
26 MAR. 2018
LIBIA CORRETOIRA DE SEG. LTDA.

HOSPITAL DISTRITAL MARIA JOSÉ BARROSO DE OLIVEIRA

AV: OSÓRIO DE PAIVA N° 1127 PARANGABA FORTALEZA-CE

TEL: (85) 313-17322 EMAIL: secretdg.hdmjbo@sms.fortaleza.ce.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
HDMJBO-Frotinha de Parangaba

FOLHA DE EVOLUÇÃO DO PACIENTE
SAME

Nome: <u>Fco Alves de Moura</u>				
Prontuário	Enferm.	Leito	Data Internação	Diagnóstico
310613	E	130	10/10/17	

ANOTEM-SE: diagnósticos, condutas terapêuticas, complicações, pareceres especializados, resultados de exames e alterações dignas de nota. Acompanhados da assinatura e carimbo do médico que evoluiu:

DATA	EVOLUÇÃO
10.10.17	<p>fas favela n</p> <p>Dtms p 170 cm</p> <p>Paulo Elzel Frota Pontê Ortopedia e Traumatologia CREMEC: 93145BOT: 11262</p> <p># Enfermeiro</p> <p>10/10/17 paciente F.A.M 83 o HD: favela de longelo (D) pte 17h elzel conceidi, envelado, não desambulando, não HA5+M não obligeis, segue em cuidado da equipe - cosio</p> <p>11/10/17</p> <p>Pontê utm</p> <p>Daniel Ayres de Barros Médico Ortopedia e Traumatologia CREMEC: 13633</p> <p>ASS: 26 MAR 2018</p> <p>Assessoria Jurídica do S. Ita Enfermeiro OOREN - CE 11340363</p>
12/10	<p>* FARMACIA TOMADO</p> <p>PRONTUÁRIO UNICA</p> <p>Dr. Antônio Luiz V. Gonçalves Ortopedia e Traumatologia Cirurgia do Quadril CRM 12444 TEOT 14047</p> <p>HOSPITAL DISTRITAL M. JOSÉ BARROSO DE OLIVEIRA ATESTO QUE CÓPIA CONFERE COM ORIGINAL</p> <p>Emanuelle Monteiro Mat. 763</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
HDMJBO-Frotinha de Parangaba

FOLHA DE EVOLUÇÃO DO PACIENTE

SAME

Nome:

João Alves de Moura

Prontuário	Enferm.	Leito	Data Internação	Diagnóstico
310613	2	130	10/10/17	

ANOTEM-SE: diagnósticos, condutas terapêuticas, complicações, pareceres especializados, resultados de exames e alterações dignas de nota. Acompanhados da assinatura e carimbo do médico que evoluiu:

DATA

EVOLUÇÃO

14

10

Estável

LIBIA CORRETOIRA DE SEG. LTDA.
26 MAR. 2018

14

10

F.A.M. Oliveira, H/O: Fratura de tornozelo D
avaliado estável, consciente, orientado, ver-
balizando, supineiro, aspirado, normotensão,
17 monitorizado. Segue em observação.
Aguardando conduta.

MARIA HELENA M. DE MORAES
ENFERMEIRA
COREN-CE: 33135

15

10

Reestável

15.10.17

14:45h cliente 06º DH por H/O: fratura tornozelo
D + tala MIO, evolui consciente, orientado, VMBs,
supineiro em ar ambiente, aspirado, dieta
VO, higiene, higienizado, emagrecido, elimina-
ções fisiológicas preservadas, AVP em MIO 13.10,
apresenta melhora dos costelas, aguardando con-
duta aos cuidados da enfermagem.

16/10/17

Estável

Carla de Almeida
ENFERMEIRA
COREN-CE: 419435

16/10/17

paciente com H/O fratura de
tornozelo D + tala MIO, evolui
consciente, verbalizando, supineiro,
aspirado, dieta, orientado, segue aos

Daniel Ayres de Almeida
Médico
Ortopedia e Traumatologia
CREMEC: 13633

Prontuário:

Emanuelle Monteiro

Mat. 763



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
HDMJBO-Frotinha de Parangaba

FOLHA DE EVOLUÇÃO DO PACIENTE
SAME

Nome:

João Alves de Moura

Prontuário	Enferm.	Leito	Data Internação	Diagnóstico
356613	E	130	10/10/17	

ANOTEM-SE: diagnósticos, condutas terapêuticas, complicações, pareceres especializados, resultados de exames e alterações dignas de nota. Acompanhados da assinatura e carimbo do médico que evoluiu:

DATA	EVOLUÇÃO
18	F. A. M. O. glauco, H.D. Fratura de UNICER-
10	neglio. Avaliada com curativo, curativo, ver-
17	balizando, premer. Aguardando rea-
	lejos TC

Filho # PRIMA RAS TIBIA

ADRIANA SIMÃO FORTES

Dr. Antonio Luiz V. Gonçalves
Ortopedia - Traumatologia
Cirurgia do Quadril
CRM 12444 TEOT 14047

20/10/17

Fim de Ponto Tibial

Por trauma, alguns curativos

LIBA CORRETORA DE SEG. LTDA.
Z6 MAR 2018

Dr. Marcos Gadelha
Ortopedia e Traumatologia
Artroscopia e Cirurgia do Joelho
CRM 10.184
TEOT 12042

20/10/17

paciente com H.D. de fratura de
unilateral (tornozelo) estava com curativo que
está sendo realizado e curativo. Aguardando
curativo. Aguardando curativo. Aguardando curativo.
da enfermagem. Aguardando curativo. Aguardando curativo.
Rafael Enfe
F15819

Emanuelle Monteiro

Mat. 768

Prontuário

ATENÇÃO: Toda informação registrada deverá vir seguida, obrigatoriamente, da assinatura e carimbo do profissional responsável pela informação.

Francisco Armas de Moura

IDADE:

ENT

LEITO:

Nº. PRONTUÁRIO:

14:		
16:		
20:		
06:		

RAÍO:				
P.A.:				
TEMP.°:				
P./MIN.:				
M.V. / MIN.:				

DATA	PRESCRIÇÃO MEDICA/ASSINATURA	HORARIO DE APLICACAO DOS MEDICAMENTOS	OBSERVACAO	RUBRICA (Inici / Data)
27	Antiar	SND	10:00h paciente aqui de alta hospitalar com sua familia.	
10	Reflexão de 12h	22 10		
17	Pregão de 10h + 10h se eu 12h	20 08		
	Antiar de	SN		
	Antiar de	Antiar		
	1000h Reflexão			

HOSPITAL DISTRICTAL DE SÃO CARLOS

ALTO QUE COPIA COM O LUGAR CORRETO

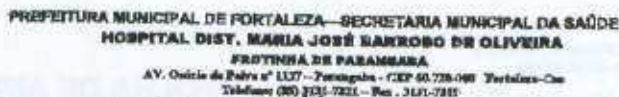
Emmanuel Monteiro

Mai 703

LIBA CORRETORA DE SAG LDA

28 MAR. 2018

Ass:



Nome: FRANCISCA ALVES DE MOURA
Enfermaria: 06 Leito: 130

Prontuário Nº.: 310613
Id.: 84 anos

Data:	Pres. Arterial:	Pulso:	Respiração:	Temperatura:	Peso:	Altura:
26/10/17	100x060	77	16	36	56 kg	1,59m
Tipo Sanguíneo:	Hernacles:	Hemoglobina:	Hematócrito:	Glicemia:	Uréia:	Outros:
	3.500.000	11,2 g/dl	35%	87	51	
	Urina:	pH = 7,92.000				C = 0,8

Ap. Respiratório:	Lentidão 6:40		Asma:	NO	Bronquite:	NO
Ap. Circulatório:			Eletrocardiograma:			
Ap. Digestivo:	Dentes:	Pulso:	Ap. Urinário:			
Estado Mental:	Atarácicos:	Corticóides:	Alergia:		Hipotensores:	
Diagnóstico Pré-operatório:	Fator de transplante		Estado Físico:		Risco:	
Anestésias Anteriores:			Duração:			

1. Injeção Pré-anestésica: (3-3) 100mg	Aplicadas às: 13h	Efeito: 500mg
---	-------------------	---------------

Agarras
Arrebitados

02

INDUÇÃO

Sela:  Ent.: / Tosse: /

Líquido

Re M F

Linha separadora: _____ Lente: _____
Núcleo: _____ Vitrificação: _____
Outros: hipotensão
MANUTENÇÃO

OXIM @ CATHODE @ TRANSDUCER

220
200
180

199

198

197

196

195

194

193

192

191

190

189

188

187

186

185

184

183

182

181

180

179

178

177

176

175

174

173

172

171

170

169

168

167

166

165

164

163

162

161

160

159

158

157

156

155

154

153

152

151

150

149

148

147

146

145

144

143

142

141

140

139

138

137

136

135

134

133

132

131

130

129

128

127

126

125

124

123

122

121

120

119

118

117

116

115

114

113

112

111

110

109

108

107

106

105

104

103

102

101

100

99

98

97

96

95

94

93

92

91

90

89

88

87

86

85

84

83

82

81

80

79

78

77

76

75

74

73

72

71

70

69

68

67

66

65

64

63

62

61

60

59

58

57

56

55

54

53

52

51

50

49

48

47

46

45

44

43

42

41

40

39

38

37

36

35

34

33

32

31

30

29

28

27

26

25

24

23

22

21

20

19

18

17

16

15

14

13

12

11

10

9

8

7

6

5

4

3

2

1

0

199

198

197

196

195

194

193

192

191

190

189

188

187

186

185

184

183

182

181

180

179

178

177

176

175

174

173

172

171

170

169

168

167

166

165

164

163

162

161

160

159

158

157

156

155

154

153

152

151

150

149

148

147

146

145

144

143

142

141

140

139

138

137

136

135

134

133

132

131

130

129

128

127

126

125

124

123

122

121

120

119

118

117

116

115

114

113

112

111

110

109

108

107

106

105

104

103

102

101

100

99

98

97

96

95

94

93

92

91

90

89

88

87

86

85

84

83

82

81

80

79

78

77

76

75

74

73

72

71

70

69

68

67

66

65

64

63

62

61

60

59

58

57

56

55

54

53

52

51

50

49

48

47

46

45

44

43

42

41

40

39

38

37

36

35

34

33

32

31

30

29

28

27

26

25

24

23

22

21

20

19

18

17

16

15

14

13

12

11

10

9

8

7

6

5

4

3

2

1

0

199

198

197

196

195

194

193

192

191

190

189

188

187

186

185

184

183

182

181

180

179

178

177

176

175

174

173

172

171

170

169

168

167

166

165

164

163

162

161

160

159

158

157

156

155

154

153

152

151

150

149

148

147

146

145

144

143

142

141

140

139

138

137

136

135

134

133

132

131

130

129

128

127

126

125

124

123

122

121

120

119

118

117

116

115

114

113

112

111

110

109

108

107

106

105

104

103

102

101

100

99

98

97

96

95

94

93

92

91

90

89

88

87

86

85

84

83

82

81

80

79

78

77

76

75

74

73

72

71

70

69

68

67

66

65

64

63

62

61

60

59

58

57

[Handwritten notes on graph paper:]

~~DATA CORRECT~~

28 MAR. 2006

A. DICKER EAT WITH
JUPPER & JULEY
O. TO PRAH.

8. POC. DECEMBER
9. KILLER - JYLV
10. SPED

HOSPITAL DE LA FAMILIA DE LOS RIOS DE OLIVEIRA

40
20
0

Armadillo's Tailset: ☐ sim ☒ não

hiss, por quê?

[illegible]

Agentes: Bupiv. + PETAPA + DAPLUM		Número: 1	Vermão: 1
Técnica: RAVINABETIA 100 mg		Canulas: 1	Com canulas: 1

Operação: RENCO + FRENCO
Cirurgiões: DR. ALDEBARAN + DR. CARLHA
Anestesistas: DR. ELMIR: HELIO GONZES

Observações:	COOPANEST - 05	Perda Sanguínea
--------------	----------------	-----------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
HDMJBO-Frotinha de Parangaba

FOLHA DE EVOLUÇÃO DO PACIENTE
SAME

Nome: <u>João Alves de Moura</u>				
Prontuário	Enferm.	Leito	Data Internação	Diagnóstico
310613	F	130	10/10/17	

ANOTEM-SE: diagnósticos, condutas terapêuticas, complicações, pareceres especializados, resultados de exames e alterações dignas de nota. Acompanhados da assinatura e carimbo do médico que evoluiu:

DATA	EVOLUÇÃO
23/10	na proutuário frotinha de parangaba e Leito no 11 Sims, recebendo 200g TC. de sangue para definir a conduta. Paciente 1800, 81/2, opulento, respirar de TC para 200g de sangue.
23/10/17	Este paciente com HD de fratura de tíbia e fíbula com sutura de TC de tornozelo, com estado geral regular segue sob cuidados de enfermagem. Aguardando a cefaleia (permanente) em observação de enfermagem. Refere - Enxaquebra - entumecimento do pé esquerdo - 7/1589.
24/10/17	João 81 anos. HD. Fratura de tíbia e fíbula com TC de tornozelo. Em observação de enfermagem. Aguardando a cefaleia (permanente) em observação de enfermagem. Refere - Enxaquebra - entumecimento do pé esquerdo - 7/1589.
25/10/17	Paciente com fratura de tíbia e fíbula. Aguardando a cefaleia (permanente) em observação de enfermagem. Refere - Enxaquebra - entumecimento do pé esquerdo - 7/1589.

Dr. Bruno Morano
CRM 3631

Jamilly Brito
Enfermeira
Controladora de Qualidade
Tratamento de Feridas
CEN 310534

Wagner Ayres da Silva
Médico
Ortopedia e Traumatologia
CREMEC 13633

26 MAR. 2018

HOSPITAL DISTRITAL ANTONIO JOSÉ BARROSO DE OLIVEIRA
ATESTADO QUE CÓPIA CONFERE COM ORIGINAL

Emanuelle Monteiro
Mat. 763

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MONICA ALMEIDA DA SILVA e Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, protocolado em 27/09/2018 às 14:02, sob o número WEB118105508516. Para conferir o original, acesse o site <http://esaj.jfsc.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0163454-87.2018.8.06.0001 e código 3D2C378.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
HOSPITAL DIST. MARIA JOSÉ BARROSO DE OLIVEIRA
PROTUBER. DE PAINELAMENTO
 Av. Odebrecht nº 1237 - Pôrto de Pedra - Fortaleza - CE
 Telefone: (85) 3436-1231 - Fax: 3437-1232

REGISTRO DE EMERGÊNCIA

Prontuário N.º:
310 613

Paciente: FRANCISCO OLIVEIRA DE MORAES
 Data da Operação: 26 / X / 2017 Enfermaria: _____ Leito: _____
 Operador: _____
 2º Auxiliar: Dr. Hildebrando Melo Neto
 CRM: 3199 TEOT - 11.956
 Instrumentador: _____
 1º Auxiliar: marcos jorge
 3º Auxiliar: _____
 Anestesista: 2 ELIANA
 Tipo de Anestesia: _____
 Diagnóstico Pré-operatório: Fígado transverso Tumores Dr
 Tipo de Operação: _____
 Diagnóstico Pós-operatório: Ressecção
 Relatório Imediata Patologista: _____
 Exame Radiológico no ato: _____
 Acidente durante a operação: _____
 Cirurgia: ☐ Contaminada ☐ Infectada

LIBIA CORRETOIRA DE SEG. LTDA.
26-MAR-2018
 ASS: _____

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de acesso - Tática e Técnica Ligaduras Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspectos Viscerais

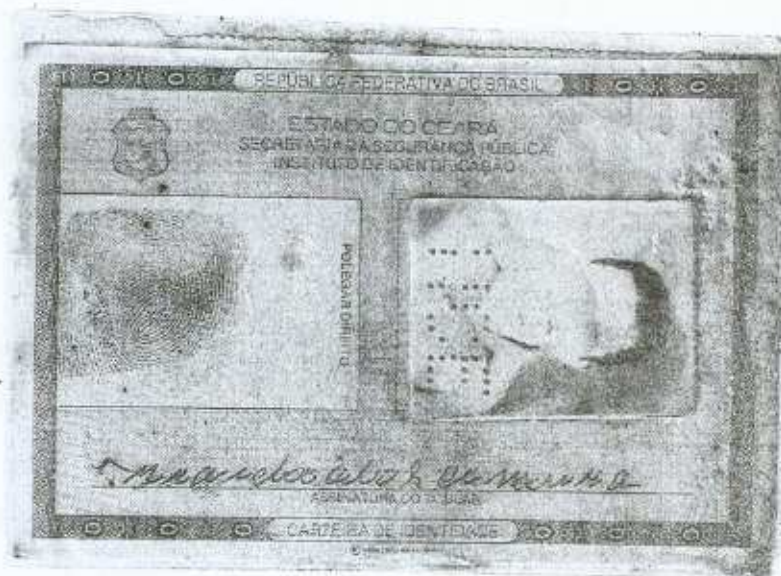
Operação de ressecção de fígado
com preservação da veia porta
por via laparoscópica
com drenagem pré-operatória
de 14 dias
com uso de sonda de
aspiração de 16F
com drenagem de 16F
com drenagem de 16F

HOSPITAL DIST. MARIA JOSÉ BARROSO DE OLIVEIRA
 ATESTO QUE CÓPIA COM LHA COM ORIGINAL

Dr. Hildebrando Melo Neto
 CRM: 3199 TEOT - 11.956

Emmanuel Monteiro
 Mat 763

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MONICA ALMEIDA DA SILVA e Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, protocolado em 27/09/2018 às 14:02, sob o número WEB118105508516 Para conferir o original, acesse o site <http://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0163454-87.2018.8.06.0001 e código 3D2C378.



LIBIA CORRETORA DE SEG. LTDA.
26 MAR. 2018
ASS:

9200 2147094



C/C

NASCIMENTO
15.12.35

INSCRIÇÃO NO CPF
204 077 693 15

CONTRIBUINTE
FRANCISCO ALVES DE MOURA

[Assinatura]
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

LIBIA CORRETORA DE SEG. LTDA.

26 MAR. 2018

ASS: _____

Nº DO CLIENTE
4600659-1

Para efetuar seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002

Companhia Energética do Ceará
Rua Padre Váldino, 150
CEP 60198-040 | Fortaleza CE
CNPJ 07047281-0001-70 | CGF 08.705.848-3

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº 509907328

Rota 13 01250 25 445000 - 9 **Data de Emissão** 19/01/2018

Nome ROSA MARIA RODRIGUES DE MOURA

End. Postal RU MANOEL GALDINO 04135
BOM JARDIM - FORTALEZA - 60540120

Medidor 23025583 **Posto** 3976 N54W

Classe 01-RESIDENCIAL MONOFÁSICO BAIXA REND **Potência** 0,00

RG/CPF/CNPJ 485849753-49 **CGF**

Nome do Responsável

DATAS

Mês de Referência	Data da Apresentação	Provisão Próxima Leitura
Jan/2018	19/01/2018	19/02/2018

INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta.

Conjunta: 0,00 An: 0,00

Indiv: 0,00 An: 0,00

ICMS

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto
15629	15%	2344,35

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

CEP: 4545-3007, 6000-5609, 6000-5514, 6007

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Ind.	Cons. Fat.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
15629	15495	1,00	138	0,00	30	0,12954	17,88

DESCRIÇÃO

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
VALOR CONSUMO DO MES	17,88
MULTA MORATORIA REF 10/2017	0,78
JUROS DO MES	0,05
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL	9,73
PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA BAIXA RENDA	1,42
DOACAO IPREDE - TEL 85 3194 7707	2,00

VERIFICANDO 15/02/2018

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Consumo	17,88
Multa	0,78
Juros	0,05
Iluminação	9,73
PIS-COFINS	1,42
DOACAO	2,00
TOTAL	33,86

TOTAL A PAGAR (R\$) 53,85

HISTÓRICO DE CONSUMO últimos 12 meses

127	130	126	105	125	123	116	113	142	128	137	140
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÃO DE CO₂ (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.

Emissão kg (CO₂) 0,26 Compensado kg (CO₂) 0,26 Certeza Ecológica (%CO₂) 100

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DO VERBICULANTE

Para cancelar sua conta ou debitar o valor devido, utilize seu código de cliente seguido do dígito verificador.

Para as dúvidas e avisos e obter no debate ao mesmo tempo, transmissões de dados, zila e tributação, Ministério de Saúde, Gov. Federal

A ENEL AGRADECE E PARABENIZA PELA PONTUALIDADE NOS SEUS PAGAMENTOS.

LIBIA CORRETORA DE SEG. LTDA.
26 MAR. 2018
 ASS:



INSTITUTO Dr. JOSÉ FROTA
"24 hora de proteção à vida"



Prefeitura de
Fortaleza

fls. 24

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Paciente: FRANCISCO ALVES DE MOURA		ID Paciente: 5533864
Data de Nascimento: 15/12/1935	Idade: 81 anos	Sexo: M
Médico Solicitante: DR VIRGINIA RIBEIRO		Data do Exame: 23/10/2017
LAUDO		

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA MULTISLICE DO TORNOZELO

TÉCNICA:

Obtidas imagens por aquisição volumétrica em tomógrafo multislice sem uso de contraste venoso, com imagens processadas e analisadas em Workstation.

Traços de Fratura interessando:

-1/3 distal da Tibia e mameolo medial e lateral

Tala gessada

SILVANA PINHEIRO
CRM 3914

LIBIA CORRETORA DE SEG. LTDA.
26 MAR. 2018
ASS:



Mônica Almeida
ADVOCACIA

0163454-86.2018

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE: Francisco Alves de Moura brasileiro(a),
estado civil CASADO, profissão APOSENTADO inscrito(a) sob o CPF nº _____
e RG nº _____, residente
e domiciliado na Rua Manoel Galdino, nº 4135,
Bairro Granny Lisbon, na cidade de Fortaleza, telefone _____
abaixo firmado, nomeia e constitui o seu bastante procurador judicial:

OUTORGADO: **MÔNICA ALMEIDA DA SILVA**, brasileira, divorciada, advogada devidamente inscrita na OAB-CE sob o nº 25.813, sócia da **MÔNICA ALMEIDA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.878.656/0001-70, e no Registro de Sociedade de Advogados OAB/CE sob o nº 1219, com endereço profissional, para onde deverão ser encaminhadas às intimações e notificações, Rua Professor Francisco Gonçalves, nº 1300, Bairro Dionísio Torres, Fortaleza-Ceará, telefones: (85) 99811.1818.

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, o outorgante acima qualificado nomeia e constitui seu bastante procurador o outorgado também supra qualificado, ao qual concede procuração para o foro em geral, com os poderes das cláusulas "ad judicium e et extra judicium", para sua representação e defesa, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, nos termos do artigo 5º, parágrafo 2º da Lei n.: 8.906/94, podendo portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga ao Advogado(a) acima descrito, os poderes para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, renunciar o direito em que se funda a ação, firmar compromissos e acordos, ratificar em Juízo, receber, dar quitação, receber alvará judicial, pedir justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica requerer falência ou concordata, podendo, ainda, o outorgado, substabelecer, com ou sem reserva de iguais poderes.

Fortaleza (CE), 01 de Agosto de 2018.

Francisco Alves de Moura

OUTORGANTE

DECLARAÇÃO DE FALTA DE COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA

Eu, Francisco Alves de Moura
brasileiro(a), APOSENTADO, CSAPO, portador do
CPF nº 204.077.693-15, DECLARO para os devidos fins
de direito, que não possuo nenhum documento expedido em meu
nome, mesmo que seja água ou energia, onde esteja
registrado o meu endereço atual relatado abaixo:

Rua: MONTE GALDINO nº 4135

Bairro: GRUPO LISBOA Cidade: FORTALEZA - CE

Afirmo a veracidade dos fatos acima declarados, conforme
previsto nos artigos 171 e 299 do Código Penal Brasileiro.

Francisco Alves de Moura

Declarante

Fortaleza-CE, 08 de Agosto de 2018.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD V)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Processo nº: **0163454-87.2018.8.06.0001**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Francisco Alves de Moura**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Vistos, etc.

Gratuidade deferida.

Desde o advento no novo CPC, "*se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência*", tal como dispõe o art. 334 de citada Codificação.

Em casos como este, de cobrança de seguro DPVAT, contudo, bem se sabe que a única possibilidade de composição só poderá ocorrer APÓS a realização da perícia necessária à apuração do grau de invalidez sofrido pela parte Demandante, sendo essa fundamental para a resolução da presente, até em observância ao entendimento, hoje, sumulado, do Colendo STJ, segundo o qual:

Súmula 474 - A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Assim, a realização de tal prova, antes mesmo da realização da audiência de conciliação, é providência que se impõe, na espécie, e que ora adoto, com esteio no que dispõem os arts. 139 e 381, II, do vigente CPC:

Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:

(...)

VI - dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito; (grifos não existentes no original).

Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que:

(...)

II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito; (grifos não existentes no original).

Determino, desse modo, a inclusão do presente em pauta de mutirão destinado à realização de perícias dessa natureza, para cujo comparecimento deverá ser intimada a parte autora, pessoalmente, via carta com AR mão própria, mandado ou carta precatória, conforme o caso (a teor, igualmente, do que vem decidindo o Colendo STJ - REsp 1.364.911-GO, Rel.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD V)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), devendo se fazer presente munida da documentação pessoal com foto - que possa identificá-la - e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destaco que a perícia não será realizada na Secretaria, mas na Sala de Perícias do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania.

Indique, assim, a Secretaria nome de perito para realizar a mesma, ficando a cargo de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. o pagamento dos honorários de referido expert.

Intimar as partes, ainda:

a) Para, no prazo de cinco dias, contados de sua intimação, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos;

b) Da realização de perícia por meio de exame clínico e análise dos exames complementares e documentos, implicando em aceitação a forma indicada caso seja levada a efeito a perícia. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente dessa condição, deverá antecipadamente recusar a realização do exame, sob essa justificativa, pena de preclusão.

Também registro que as perícias serão realizadas, sem exceção, na forma das já realizadas nos mutirões anteriormente realizados.

Cientificar, ainda, a parte demandante, de que deverá manter seu endereço atualizado e que, em caso negativo, presumir-se-ão "válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço" (art. 274, § único), bem como que a ausência da parte, sem justificativa razoável - a ser fornecida até a data da perícia -, será interpretada como recusa à produção de prova pericial, nos termos do art. 378 do CPC/2015 e arts. 231 e 232 do CC, ficando, mais, indeferida qualquer postulação para que a perícia não se realize nesta Comarca, eis que as mesmas serão feitas em regime de mutirão neste Fórum.

Nada mais natural que as perícias sejam aqui realizadas.

Afinal, foi A PARTE quem escolheu esta Comarca, muitas vezes abrindo mão do direito de demandar dentro da própria Comarca onde reside, com muito menores custos. Logo, deve aceitar, por igual, que a perícia seja aqui realizada.

Registro que, em inexistindo acordo ou faltando a parte injustificadamente à perícia, será o feito antecipadamente julgado, para fins dos arts. 967 e 10 do CPC, tudo de logo já anunciado.

INDEFIRO, de pronto, se requerido, o pedido de inversão do ônus da prova, eis que a presente não se alberga sob o manto da legislação consumerista.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD V)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

Determino, mais, que seja efetivada a CITAÇÃO da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT., ANTES da realização da perícia, para que, querendo, possa oferecer defesa e opor objeção à realização da mesma, além de apresentar, junto com sua defesa, o processo administrativo.

Condiciono, entretanto, a efetividade da presente Decisão, assim como a própria sobrevivência do feito, à emenda da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, informando o endereço eletrônico das partes e dos seus advogados, em conformidade com o art. 319, II, do CPC atual, sob pena de indeferimento da inicial.

Caso se trate a parte autora de MENOR de idade ou maior incapaz, e não solicitada já a intervenção do Ministério Público no feito, CONDICIONO a manutenção da presente decisão – e a própria sobrevivência do feito – à emenda, para que seja requerida a imperiosa participação do MP, bem como retificado o instrumento procuratório, para que passa a constar ali como emitente o menor, representado/assistido por seu representante legal.

Intimar os representantes das partes do teor do presente via publicação no DJ.

Fortaleza/CE, 03 de outubro de 2018.

Marcia Oliveira Fernandes Menescal de Lima

Juíza de Direito

Assinado por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei 11.419/2006: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL e depois Conferência de Documento Digital do 1º grau.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0679/2018, encaminhada para publicação.

Advogado
Monica Almeida da Silva (OAB 25813/CE)

Forma
D.J

Teor do ato: "Vistos, etc. Gratuidade deferida. Desde o advento no novo CPC, "se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência", tal como dispõe o art. 334 de citada Codificação. Em casos como este, de cobrança de seguro DPVAT, contudo, bem se sabe que a única possibilidade de composição só poderá ocorrer APÓS a realização da perícia necessária à apuração do grau de invalidez sofrido pela parte Demandante, sendo essa fundamental para a resolução da presente, até em observância ao entendimento, hoje, sumulado, do Colendo STJ, segundo o qual: Súmula 474 - A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. Assim, a realização de tal prova, antes mesmo da realização da audiência de conciliação, é providência que se impõe, na espécie, e que ora adoto, com esteio no que dispõem os arts. 139 e 381, II, do vigente CPC: Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: (...) VI - dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito; (grifos não existentes no original). Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: () II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito; (grifos não existentes no original). Determino, desse modo, a inclusão do presente em pauta de mutirão destinado à realização de perícias dessa natureza, para cujo comparecimento deverá ser intimada a parte autora, pessoalmente, via carta com AR mão própria, mandado ou carta precatória, conforme o caso (a teor, igualmente, do que vem decidindo o Colendo STJ - REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), devendo se fazer presente munida da documentação pessoal com foto - que possa identificá-la - e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destaco que a perícia não será realizada na Secretaria, mas na Sala de Perícias do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Indique, assim, a Secretaria nome de perito para realizar a mesma, ficando a cargo de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. o pagamento dos honorários de referido expert. Intimar as partes, ainda: a) Para, no prazo de cinco dias, contados de sua intimação, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos; b) Da realização de perícia por meio de exame clínico e análise dos exames complementares e documentos, implicando em aceitação a forma indicada caso seja levada a efeito a perícia. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente dessa condição, deverá antecipadamente recusar a realização do exame, sob essa justificativa, pena de preclusão. Também registro que as perícias serão realizadas, sem exceção, na forma das já realizadas nos mutirões anteriormente realizados. Cientificar, ainda, a parte demandante, de que deverá manter seu endereço atualizado e que, em caso negativo, presumir-se-ão "válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço" (art. 274, § único), bem como que a ausência da parte, sem justificativa razoável - a ser fornecida até a data da perícia -, será interpretada como recusa à produção de prova pericial, nos termos do art. 378 do CPC/2015 e arts. 231 e 232 do CC, ficando, mais, indeferida qualquer postulação para que a perícia não se realize nesta Comarca, eis que as mesmas serão feitas em regime de mutirão neste Fórum. Nada mais natural que as perícias sejam aqui realizadas. Afinal, foi A PARTE quem escolheu esta Comarca, muitas vezes abrindo mão do direito de demandar dentro da própria Comarca onde reside, com muito menores custos. Logo, deve aceitar, por igual, que a perícia seja aqui realizada. Registro que, em inexistindo acordo ou faltando a parte injustificadamente à perícia, será o feito antecipadamente julgado, para fins dos arts. 967 e 10 do CPC, tudo de logo já anunciado. INDEFIRO, de pronto, se requerido, o pedido de inversão do ônus da prova, eis que a presente não se alberga sob o manto da legislação consumerista. Determino, mais, que seja efetivada a CITAÇÃO da SEGURADORA

LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT., ANTES da realização da perícia, para que, querendo, possa oferecer defesa e opor objeção à realização da mesma, além de apresentar, junto com sua defesa, o processo administrativo. Condiciono, entretanto, a efetividade da presente Decisão, assim como a própria sobrevivência do feito, à emenda da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, informando o endereço eletrônico das partes e dos seus advogados, em conformidade com o art. 319, II, do CPC atual, sob pena de indeferimento da inicial. Caso se trate a parte autora de MENOR de idade ou maior incapaz, e não solicitada já a intervenção do Ministério Público no feito, CONDICIONO a manutenção da presente decisão - e a própria sobrevivência do feito - à emenda, para que seja requerida a imperiosa participação do MP, bem como retificado o instrumento procuratório, para que passa a constar ali como emitente o menor, representado/assistido por seu representante legal. Intimar os representantes das partes do teor do presente via publicação no DJ."

Do que dou fé.
Fortaleza, 10 de outubro de 2018.

Diretor(a) de Secretaria

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0679/2018, encaminhada para publicação.

Advogado
Monica Almeida da Silva (OAB 25813/CE)

Forma
D.J

Teor do ato: "Vistos, etc. Diz o art. 320, CPC: "A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação". Assim, intime-se a parte autora para promover emenda à inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 321, CPC, tendo em vista ter sido protocolada a inicial sem qualquer documentação atinente ao feito. Intime-se. Exp. Nec."

Do que dou fé.
Fortaleza, 10 de outubro de 2018.

Diretor(a) de Secretaria

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0679/2018, foi disponibilizado na página 184/206 do Diário da Justiça Eletrônico em 11/10/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 16/10/2018, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
28/10/2018 - Dia do Servidor Público - Prorrogação

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Monica Almeida da Silva (OAB 25813/CE)	15	06/11/2018

Teor do ato: "Vistos, etc. Gratuidade deferida. Desde o advento no novo CPC, "se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência", tal como dispõe o art. 334 de citada Codificação. Em casos como este, de cobrança de seguro DPVAT, contudo, bem se sabe que a única possibilidade de composição só poderá ocorrer APÓS a realização da perícia necessária à apuração do grau de invalidez sofrido pela parte Demandante, sendo essa fundamental para a resolução da presente, até em observância ao entendimento, hoje, sumulado, do Colendo STJ, segundo o qual: Súmula 474 - A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. Assim, a realização de tal prova, antes mesmo da realização da audiência de conciliação, é providência que se impõe, na espécie, e que ora adoto, com esteio no que dispõem os arts. 139 e 381, II, do vigente CPC: Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: (...) VI - dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito; (grifos não existentes no original). Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: () II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito; (grifos não existentes no original). Determino, desse modo, a inclusão do presente em pauta de mutirão destinado à realização de perícias dessa natureza, para cujo comparecimento deverá ser intimada a parte autora, pessoalmente, via carta com AR mão própria, mandado ou carta precatória, conforme o caso (a teor, igualmente, do que vem decidindo o Colendo STJ - REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), devendo se fazer presente munida da documentação pessoal com foto - que possa identificá-la - e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destaco que a perícia não será realizada na Secretaria, mas na Sala de Perícias do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Indique, assim, a Secretaria nome de perito para realizar a mesma, ficando a cargo de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. o pagamento dos honorários de referido expert. Intimar as partes, ainda: a) Para, no prazo de cinco dias, contados de sua intimação, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos; b) Da realização de perícia por meio de exame clínico e análise dos exames complementares e documentos, implicando em aceitação a forma indicada caso seja levada a efeito a perícia. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente dessa condição, deverá antecipadamente recusar a realização do exame, sob essa justificativa, pena de preclusão. Também registro que as perícias serão realizadas, sem exceção, na forma das já realizadas nos mutirões anteriormente realizados. Cientificar, ainda, a parte demandante, de que deverá manter seu endereço atualizado e que, em caso negativo, presumir-se-ão "válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço" (art. 274, § único), bem como que a ausência da parte, sem justificativa razoável - a ser fornecida até a data da perícia -, será interpretada como recusa à produção de prova pericial, nos termos do art. 378 do CPC/2015 e arts. 231 e 232 do CC, ficando, mais, indeferida qualquer postulação para que a perícia não se realize nesta Comarca, eis

que as mesmas serão feitas em regime de mutirão neste Fórum. Nada mais natural que as perícias sejam aqui realizadas. Afinal, foi A PARTE quem escolheu esta Comarca, muitas vezes abrindo mão do direito de demandar dentro da própria Comarca onde reside, com muito menores custos. Logo, deve aceitar, por igual, que a perícia seja aqui realizada. Registro que, em inexistindo acordo ou faltando a parte injustificadamente à perícia, será o feito antecipadamente julgado, para fins dos arts. 967 e 10 do CPC, tudo de logo já anunciado. INDEFIRO, de pronto, se requerido, o pedido de inversão do ônus da prova, eis que a presente não se alberga sob o manto da legislação consumerista. Determino, mais, que seja efetivada a CITAÇÃO da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT., ANTES da realização da perícia, para que, querendo, possa oferecer defesa e opor objeção à realização da mesma, além de apresentar, junto com sua defesa, o processo administrativo. Condiciono, entretanto, a efetividade da presente Decisão, assim como a própria sobrevivência do feito, à emenda da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, informando o endereço eletrônico das partes e dos seus advogados, em conformidade com o art. 319, II, do CPC atual, sob pena de indeferimento da inicial. Caso se trate a parte autora de MENOR de idade ou maior incapaz, e não solicitada já a intervenção do Ministério Público no feito, CONDICIONO a manutenção da presente decisão - e a própria sobrevivência do feito - à emenda, para que seja requerida a imperiosa participação do MP, bem como retificado o instrumento procuratório, para que passa a constar ali como emitente o menor, representado/assistido por seu representante legal. Intimar os representantes das partes do teor do presente via publicação no DJ."

Do que dou fé.
Fortaleza, 16 de outubro de 2018.

Diretor(a) de Secretaria

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0679/2018, foi disponibilizado na página 184/206 do Diário da Justiça Eletrônico em 11/10/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 16/10/2018, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
28/10/2018 - Dia do Servidor Público - Prorrogação

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Monica Almeida da Silva (OAB 25813/CE)	15	06/11/2018

Teor do ato: "Vistos, etc. Diz o art. 320, CPC: "A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação". Assim, intime-se a parte autora para promover emenda à inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 321, CPC, tendo em vista ter sido protocolada a inicial sem qualquer documentação atinente ao feito. Intime-se. Exp. Nec."

Do que dou fé.
Fortaleza, 16 de outubro de 2018.

Diretor(a) de Secretaria

EXMO(A) . SR(A) . DR(A) . JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL
DA COMARCA DE FORTALEZA/CE

AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT

JUSTIÇA GRATUITA

FRANCISCO ALVES, já devidamente qualificado, aqui denominada **PROMOVENTE** por sua procuradora infra-assinada (mandato anexo), vem à presença de Vossa Excelência EMENDAR À INICIAL, pelas razões adiante aduzidas:

01 - PRELIMINARMENTE

01.1 - DAS NOTIFICAÇÕES

Solicita-se que as intimações referentes ao andamento processual sejam feitas necessariamente na pessoa da advogada do promovente, **Dra. MÔNICA ALMEIDA DA SILVA**, advogada inscrita na OAB/CE nº 25.813, com endereço eletrônico monicaalmeida.adv@gmail.com

"Havendo designação prévia e expressa do advogado que receberá as intimações, o nome deste deverá constar das publicações, sob pena de nulidade" (STJ-RT 779/18)

01.2 -DA INEXISTÊNCIA DE E-MAIL

O Autor, informa que **não possui endereço eletrônico** por ser pessoa carente de recursos financeiros e de pleno acesso aos meios de comunicação virtuais - e-mail - razão pela qual deixa de indicá-lo na presente Inicial. Requer, outrossim, que a ausência de indicação de endereço eletrônico não seja interpretada em seu desfavor sob pena de restar caracterizado óbice ao acesso à Justiça e violado o princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição.

Fortaleza-CE, 16 de outubro de 2018.

Nestes termos,

Pede acolhimento e o prosseguimento do feito na sua forma legal.

MÔNICA ALMEIDA DA SILVA

OAB/CE 25.813

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD V)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhães nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Processo nº: **0163454-87.2018.8.06.0001**
Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Acidente de Trânsito**
Requerente: **Francisco Alves de Moura**
:

Vistos, etc.

Em casos como este, de cobrança de seguro DPVAT, de todo necessária a realização de perícia, para apuração do grau de invalidez sofrido pela parte Demandante, sendo essa fundamental para a resolução da presente, até em observância ao entendimento, hoje, sumulado, do Colendo STJ, segundo o qual:

Súmula 474 - A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Determino, desse modo, a inclusão do presente em pauta de mutirão destinado à realização de perícias dessa natureza, para cujo comparecimento deverá ser intimada a parte autora, pessoalmente, via carta com AR mão própria, mandado ou carta precatória, conforme o caso (a teor, igualmente, do que vem decidindo o Colendo STJ – REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), devendo se fazer presente munida da documentação pessoal e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico.

Aponto o dia 26.02.2019, no período de 13:00 horas às 16:30 horas para realização da perícia.

Destaco que a perícia não será realizada na Secretaria, mas na Sala de Perícias próximo à Central de Atendimento Judicial, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides Magalhães, nº. 220, Água Fria, CEP: 60811-690 e por ordem de chegada.

Indicando, assim, os peritos Dr. Josebson Silva Dias, CRM 8291, Joaquim Sampaio Garcia Filho, CRM 11.323 e Dra. Rachel Vasconcelos Tiburcio, CRM 14.344 para realizar a mesma, devendo ser custeado pela Seguradora Líder, no valor de R\$ 250,00 cada perícia.

Intimar as partes, ainda:

a) Para, no prazo de cinco dias, contados de sua intimação, indicarem

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD V)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

assistentes técnicos e apresentarem quesitos;

b) para trazer a documentação pessoal e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico.

c) Da realização de perícia por meio de exame clínico e análise dos exames complementares e documentos, implicando em aceitação a forma indicada caso seja levada a efeito a perícia. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente dessa condição, deverá antecipadamente recusar a realização do exame, sob essa justificativa.

Cientificar, ainda, a parte demandante, de que deverá manter seu endereço atualizado e que, em caso negativo, presumir-se-ão "válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço" (art. 274, § único), bem como que a ausência da parte, sem justificativa razoável - a ser fornecida até a data da perícia -, será interpretada como recusa à produção de prova pericial, nos termos do art. 378 do CPC/2015 e arts. 231 e 232 do CC, ficando, mais, indeferida qualquer postulação para que a perícia não se realize nesta Comarca, eis que as mesmas serão feitas em regime de mutirão neste Fórum.

Registro que, em inexistindo acordo ou faltando a parte injustificadamente à perícia, será o feito antecipadamente julgado, para fins dos arts. 967 e 10 do CPC.

Intimem-se.

Exp. Nec.

Fortaleza/CE, 18 de dezembro de 2018.

Marcia Oliveira Fernandes Menescal de Lima

Juíza de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD V)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

Assinado por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei 11.419/2006: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL e depois Conferência de Documento Digital do 1º grau. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0012/2019, encaminhada para publicação.

Advogado
Monica Almeida da Silva (OAB 25813/CE)

Forma
D.J

Teor do ato: "Perícia Data: 26/02/2019 Hora 13:00 Local: Sala de Perícias do CEJUSC Situação: Pendente"

Do que dou fé.
Fortaleza, 11 de janeiro de 2019.

Diretor(a) de Secretaria

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0012/2019, encaminhada para publicação.

Advogado
Monica Almeida da Silva (OAB 25813/CE)

Forma
D.J

Teor do ato: "Vistos, etc. Em casos como este, de cobrança de seguro DPVAT, de todo necessária a realização de perícia, para apuração do grau de invalidez sofrido pela parte Demandante, sendo essa fundamental para a resolução da presente, até em observância ao entendimento, hoje, sumulado, do Colendo STJ, segundo o qual: Súmula 474 - A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. Determino, desse modo, a inclusão do presente em pauta de mutirão destinado à realização de perícias dessa natureza, para cujo comparecimento deverá ser intimada a parte autora, pessoalmente, via carta com AR mão própria, mandado ou carta precatória, conforme o caso (a teor, igualmente, do que vem decidindo o Colendo STJ - REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), devendo se fazer presente munida da documentação pessoal e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Aponto o dia 26.02.2019, no período de 13:00 horas às 16:30 horas para realização da perícia. Destaco que a perícia não será realizada na Secretaria, mas na Sala de Perícias próximo à Central de Atendimento Judicial, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides Magalhães, nº. 220, Água Fria, CEP: 60811-690 e por ordem de chegada. Indicando, assim, os peritos Dr. Josebson Silva Dias, CRM 8291, Joaquim Sampaio Garcia Filho, CRM 11.323 e Dra. Rachel Vasconcelos Tiburcio, CRM 14.344 para realizar a mesma, devendo ser custeado pela Seguradora Líder, no valor de R\$ 250,00 cada perícia. Intimar as partes, ainda: a) Para, no prazo de cinco dias, contados de sua intimação, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos; b) para trazer a documentação pessoal e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. c) Da realização de perícia por meio de exame clínico e análise dos exames complementares e documentos, implicando em aceitação a forma indicada caso seja levada a efeito a perícia. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente dessa condição, deverá antecipadamente recusar a realização do exame, sob essa justificativa. Cientificar, ainda, a parte demandante, de que deverá manter seu endereço atualizado e que, em caso negativo, presumir-se-ão "válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço" (art. 274, § único), bem como que a ausência da parte, sem justificativa razoável - a ser fornecida até a data da perícia -, será interpretada como recusa à produção de prova pericial, nos termos do art. 378 do CPC/2015 e arts. 231 e 232 do CC, ficando, mais, indeferida qualquer postulação para que a perícia não se realize nesta Comarca, eis que as mesmas serão feitas em regime de mutirão neste Fórum. Registro que, em inexistindo acordo ou faltando a parte injustificadamente à perícia, será o feito antecipadamente julgado, para fins dos arts. 967 e 10 do CPC. Intimem-se. Exp. Nec."

Do que dou fé.
Fortaleza, 11 de janeiro de 2019.

Diretor(a) de Secretaria

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0012/2019, foi disponibilizado na página 303-319 do Diário da Justiça Eletrônico em 14/01/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
01/01/2019 à 20/01/2019 - Suspensão de Prazos Novo CPC. - Suspensão

Advogado
Monica Almeida da Silva (OAB 25813/CE)

Teor do ato: "Perícia Data: 26/02/2019 Hora 13:00 Local: Sala de Perícias do CEJUSC Situação: Pendente"

Do que dou fé.
Fortaleza, 15 de janeiro de 2019.

Diretor(a) de Secretaria

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0012/2019, foi disponibilizado na página 303-319 do Diário da Justiça Eletrônico em 14/01/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 21/01/2019, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
01/01/2019 à 20/01/2019 - Suspensão de Prazos Novo CPC. - Suspensão

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Monica Almeida da Silva (OAB 25813/CE)	15	08/02/2019

Teor do ato: "Vistos, etc. Em casos como este, de cobrança de seguro DPVAT, de todo necessária a realização de perícia, para apuração do grau de invalidez sofrido pela parte Demandante, sendo essa fundamental para a resolução da presente, até em observância ao entendimento, hoje, sumulado, do Colendo STJ, segundo o qual: Súmula 474 - A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. Determino, desse modo, a inclusão do presente em pauta de mutirão destinado à realização de perícias dessa natureza, para cujo comparecimento deverá ser intimada a parte autora, pessoalmente, via carta com AR mão própria, mandado ou carta precatória, conforme o caso (a teor, igualmente, do que vem decidindo o Colendo STJ - REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), devendo se fazer presente munida da documentação pessoal e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Aponto o dia 26.02.2019, no período de 13:00 horas às 16:30 horas para realização da perícia. Destaco que a perícia não será realizada na Secretaria, mas na Sala de Perícias próximo à Central de Atendimento Judicial, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides Magalhães, nº. 220, Água Fria, CEP: 60811-690 e por ordem de chegada. Indicando, assim, os peritos Dr. Josebson Silva Dias, CRM 8291, Joaquim Sampaio Garcia Filho, CRM 11.323 e Dra. Rachel Vasconcelos Tiburcio, CRM 14.344 para realizar a mesma, devendo ser custeado pela Seguradora Líder, no valor de R\$ 250,00 cada perícia. Intimar as partes, ainda: a) Para, no prazo de cinco dias, contados de sua intimação, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos; b) para trazer a documentação pessoal e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. c) Da realização de perícia por meio de exame clínico e análise dos exames complementares e documentos, implicando em aceitação a forma indicada caso seja levada a efeito a perícia. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente dessa condição, deverá antecipadamente recusar a realização do exame, sob essa justificativa. Cientificar, ainda, a parte demandante, de que deverá manter seu endereço atualizado e que, em caso negativo, presumir-se-ão "válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço" (art. 274, § único), bem como que a ausência da parte, sem justificativa razoável - a ser fornecida até a data da perícia -, será interpretada como recusa à produção de prova pericial, nos termos do art. 378 do CPC/2015 e arts. 231 e 232 do CC, ficando, mais, indeferida qualquer postulação para que a perícia não se realize nesta Comarca, eis que as mesmas serão feitas em regime de mutirão neste Fórum. Registro que, em inexistindo acordo ou faltando a parte injustificadamente à perícia, será o feito antecipadamente julgado, para fins dos arts. 967 e 10 do CPC. Intimem-se. Exp. Nec."

Do que dou fé.
Fortaleza, 15 de janeiro de 2019.

Diretor(a) de Secretaria

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD V)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

CERTIDÃO AUTOMÁTICA

Processo nº:	0163454-87.2018.8.06.0001
Requerente	Francisco Alves de Moura
Requerido	Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
Requerente	Francisco Alves de Moura

Certifica que o expediente de Mandado, foi confeccionado pela **SEJUD** e encontra-se à apreciação do gabinete do Juízo.

Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2019.

Servidor da SEJUD

*Certidão gerada de forma automática



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD V)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.brFortaleza

COMAN DIGITAL

MANDADO DE INTIMAÇÃO PARA PERÍCIA

JUSTIÇA GRATUITA

Processo nº: **0163454-87.2018.8.06.0001**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Francisco Alves de Moura**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**
 Oficial de Justiça:
 Mandado nº: **001.2019/018983-6**
 Endereço: **Rua Manoel, 4135, Granja Portugal - CEP 60540-120, Fortaleza-CE**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) 14ª Vara Cível (SEJUD V) da Comarca de Fortaleza, Dr(a). Marcia Oliveira Fernandes Menescal de Lima, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, proceda à intimação do(a) Sr(a). Francisco Alves de Moura para comparecer na Sala de Perícias no Fórum Clóvis Beviláqua, localizada no Bloco 02, piso térreo, ao lado da Central de Atendimento Judicial, situada na Av. Desembargador Floriano Benevides, nº 220, Edson Queiroz, nesta capital, no dia 26/02/2019 às 13:00h para realização de perícia médica referente ao Seguro DPVAT, portando documentação pessoal e médica/hospitalar referente ao fato gerador da perícia.

ADVIRTA-SE que o não comparecimento injustificado implicará em tácita renúncia à produção da prova pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento.

CUMPRA-SE, observando as formalidades legais.

Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2019.

Marcia Oliveira Fernandes Menescal de Lima

Juiz de direito

Assinado por certificação digital¹

00120190189836

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

§ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;**

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD V)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0163454-87.2018.8.06.0001**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Acidente de Trânsito**
 Requerente **Francisco Alves de Moura**
 Requerido **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**
 Pessoa selecionada no mandado: **Requerente - Francisco Alves de Moura**
 Mandado n.º: **001.2019/018983-6**
 Situação do mandado:

Certifico que em cumprimento ao mandado retro, dirigi-me ao endereço nele mencionado e ali **DEIXEI DE INTIMAR pessoalmente o Sr. FRANCISCO ALVES DE MOURA**, tendo em vista que segundo informações colhidas no local com sua filha, *Sra. Rosa Maria*, o requerente acima se encontra viajando para o município de **PARAMOTI-CE**, tendo apenas recebido a contrafé para avisá-lo da perícia designada para o dia **26/02/2019**, razão pela qual deixei de cumprir este mandado.

O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza, 06 de fevereiro de 2019.

Fernando José da Silva Coelho
Oficial de Justiça
Mat. 2902

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD V)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

CERTIDÃO AUTOMÁTICA DE JUNTADA DE MANDADOProcesso nº: **0163454-87.2018.8.06.0001**Classe: **Procedimento Comum**Assunto: **Acidente de Trânsito**

CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que o mandado da certidão do oficial acima, foi juntado aos autos nesta data.

Fortaleza/CE, 06 de fevereiro de 2019.

*Certidão gerada de forma automática.